

Acórdão nº 9.472/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.290.2013-90-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2012.
RESPONSÁVEIS: Senhores **Antonio César Lazzare** e **Alisson da Silva Lima**.
RELATOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Câmara Municipal de Plácido de Castro. Irregularidade. Pagamento de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheiro-Relator: **1)** julgar **irregular** a prestação de contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, relativa ao exercício de 2012, de responsabilidade de seus Presidentes, Srs. **Antônio César Lazzare** e **Alisson da Silva Lima**, nos termos do artigo 51, inciso III, alínea “b” e “c” da Lei Complementar Estadual n. 38/93, em razão de: **a)** contratação de serviços sem licitação; **b)** pagamento de diárias sem clareza no histórico e sem comprovação da finalidade pública no valor de R\$ 524,00 (quinhentos e vinte e quatro reais); **c)** pagamento de verba indenizatória em desacordo ao regramento vigente, excluindo-se débitos e sanções pecuniárias em razão das correções já efetuadas por aquela casa de leis, determinando ao atual gestor que adote as providências necessárias à devida utilização e prestação de contas das verbas indenizatórias doravante concedidas e a adoção dos respectivos controles pelo órgão competente do referido Poder, sob pena de responsabilização em caso de descumprimento; **d)** ausência e falha no envio de peças exigidas no Anexo V, da Resolução TCE nº 62/2008; **2)** **aplicar multa** ao gestor Alisson da Silva Lima, no valor de **R\$ 5.625,00** (cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais) em virtude de: **a)** contratação e pagamento de serviços sem licitação; **b)** pagamento de encargos sociais (FGTS e INSS) em atraso, gerando juros e multas à Câmara Municipal; **c)** pagamento de diárias sem a devida clareza dos históricos e sem a comprovação da finalidade pública. Após, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergiu**, em parte, a Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo, quanto a questão dos encargos sociais pagos em atraso, defendendo a devolução dos recursos, e, nesse aspecto, a abertura de Tomada de Contas Especial para quantificação dos respectivos valores das multas no recolhimento de tributos com atraso.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 31 de março de 2016

Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA
Presidenta do TCE/AC

(Acórdão nº 9.472/2016/Plenário-TCE/AC – 02)

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC